

TERRITORIALIZAÇÃO DE INDICADORES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MARINGÁ/PR

Kauan Borin Rolim de Moura (PIBIC/CNPq/Edital Universal), Oseias da Silva Martinuci (Orientador). E-mail: osmartinuci@uem.br

Universidade Estadual, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, PR.

Área e Subárea: Geografia; Geografia Humana; Geografia da População

Palavras-Chave: Geografia; Assistência Social; Território.

RESUMO

A Constituição de 1988 estabeleceu mecanismos de proteção social para fazer frente a esses problemas. Dentre eles, está a Política de Assistência Social. No seu processo de construção, estabeleceu-se como um dos eixos centrais, a territorialização. Identificar territórios vulneráveis e suas características é, portanto, indispensável para alocação de equipamentos, ações e recursos para fortalecer a proteção social. Pensando nessas questões, o presente trabalho tem como objetivo implementar a territorialização das informações da política de assistência social do município de Maringá. Para isso, foram usados dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), dos equipamentos da política, como CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), bem como suas respectivas áreas de abrangência. Para a organização dos dados foi empregado o Excel®. Para obtenção das coordenadas referentes aos endereços dos bancos de dados usados, foi usado um algoritmo geocodificador no ambiente do Google Planilhas. Após a obtenção das coordenadas, seguiu-se o processo de mapeamento das famílias e indivíduos, agrupados por territórios, e produção de mapas temáticos, no software de geoprocessamento QGIS. Os resultados obtidos fornecerão suporte aos processos de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social. A metodologia empregada, ainda em processo de execução, fornecerá informações importantes para avaliar sua implementação no dia a dia da política, assim como fortalecer sua territorialidade, contribuindo para a vigilância socioassistencial (VSA), conforme prevê a legislação.

INTRODUÇÃO

De acordo com Marino (2012), após a constituição federal de 5 de outubro de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993 (Lei 8742/1993), a Assistência Social no Brasil passa a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, apontando para superação do seu caráter filantrópico e clientelista. A Assistência Social constitui, junto à saúde e previdência social, o sistema de seguridade social brasileiro. A constituição do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS) proporcionou uma estrutura associada a outras políticas, unificada, que partilha de legitimidade junto a diferentes políticas públicas. Apesar da gestão controversa das políticas sociais nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, a Assistência Social teve um papel importantíssimo para identificar famílias em vulnerabilidade social durante a crise sanitária da COVID-19. A partir da identificação dessas famílias pelo CadÚnico, em conjunto com auxílios e outros serviços de proteção social, houve a tentativa de frear o alastramento da Covid-19 e seus impactos sociais.

Nesse contexto, a Assistência Social reproduz territorialmente em escala municipal uma série de serviços e benefícios operados nos Centros de Referência da Assistência (CRAS) com a finalidade de não apenas de atingir a população pobre, mas assegurar o acesso ao direito de qualquer indivíduo que se enquadra em algum tipo de vulnerabilidade. Com base nas normas já mencionadas, como a LOAS e as Normas Operacionais Básicas NOB/SUAS, foi definida a Vigilância Socioassistencial (Brasil, 2013) e a sistematização de seus prontuários/relatórios em uma lógica territorial. Além disso, o planejamento, organização e funcionamento dos processos desenvolvidos pela gestão, bem como a avaliação e monitoramento, produzem, sistematizam e analisam informações de forma territorializada. Todos esses elementos conduzem à criação de indicadores territoriais para localização e gestão dos CRAS e dos serviços ofertados aos cidadãos na área sob sua responsabilidade.

Portanto, é necessário que as secretarias municipais incorporem, dominem e reconheçam os dados espaciais gerados, para que, dessa forma, ocorra a análise geográfica e, conseqüentemente, a espacialização dos elementos de vulnerabilidade, recursos e demanda da população. Isso contribuirá para melhor subsidiar os processos de planejamento e escolha de políticas públicas, resultando em uma maior eficácia na destinação dos recursos municipais. Posto isso, é importante registrar que o presente trabalho se deu em colaboração entre a Universidade de Maringá (UEM) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SASC), financiado com recursos do CNPq. A partir da análise dos dados abrangidos no CadÚnico, foi feita uma análise preliminar da territorialização que resultou no dimensionamento das famílias abrangidas no território de cada CRAS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em primeiro lugar, foi realizado um trabalho de reconhecimento institucional, com o intuito de compreender a lógica da política de assistência social, especialmente, o fluxo de informações. Simultaneamente, foi realizada pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender a importância da territorialização na política pública e as possibilidades de contribuição da análise geográfica. A etapa seguinte envolveu, basicamente, o trabalho com os dados. Para isso, lançou-se mão do Excel, do Qgis, de ferramentas do Google Maps e Google Planilhas. A principal fonte de dados foi o CadÚnico. Primeiramente, os dados foram coletados e organizados em uma planilha

do Excel. Em seguida, as informações foram analisadas e tratadas, selecionando apenas dados referentes à localização, para que não ocorresse a inserção desses dados sensíveis nos bancos de dados do Google, em seguida foi feita uma coluna com um código aleatório para, ao retornar, os endereços com coordenadas fossem reconectados com a planilha original, contendo as variáveis de caracterização da família e indivíduos. Com base nesses dados, foi possível utilizar as ferramentas do Google Maps em conjunto com o Google planilhas e o Qgis para mapear a localização dessas famílias e identificar as áreas de maior densidade e dimensionar as famílias abrangidas na área de cada CRAS. Por fim, a análise dos dados permitiu a identificação descritiva e estatística de cada área de CRAS, bem como a elaboração de estratégias para melhorar a efetividade das políticas públicas de assistência social. A metodologia empregada neste trabalho demonstrou ser uma ferramenta que pode auxiliar na tomada de decisões e no planejamento de ações que abrangem cada CRAS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa mostraram que a utilização do Excel, ferramentas do Google e o CadÚnico da Secretaria de Assistência Social foi eficaz na identificação da disposição das famílias por área de CRAS. A análise dos dados permitiu a identificação de áreas de aglomeração e suas características. A discussão desses resultados indica que a metodologia empregada neste trabalho pode ser uma ferramenta valiosa para auxiliar na tomada de decisões e no planejamento de ações que abrangem cada CRAS. A combinação de diferentes ferramentas e fontes de dados permitiu uma análise mais abrangente e precisa, possibilitando a elaboração de estratégias mais efetivas para melhorar a efetividade das políticas públicas de assistência social. No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa apresenta algumas limitações, como a dependência da qualidade dos dados do CadÚnico e a necessidade do tratamento de dados produzidos pelas ferramentas do Google. Além disso, é necessário considerar as especificidades locais e regionais ao aplicar essa metodologia em outras áreas. Apesar dessas limitações, os resultados obtidos demonstram o potencial dessa abordagem para contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e justas.

CONCLUSÕES

Os dados coletados nessa pesquisa são de extrema importância para o planejamento organização e funcionamento das ações desenvolvidas pela gestão da secretaria e suas avaliações e devem ser replicadas em outras cidades para que a questão da gestão territorial seja colocada em prática e seja incorporada no cotidiano e que dessa forma ajude a desenvolver políticas segmentadas em uma lógica espacial para melhor aperfeiçoamento das políticas e distribuição dos

recursos. O presente trabalho, ainda em andamento, apresenta possibilidades concretas de sua efetiva adoção para o fortalecimento da vigilância socioassistencial.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro que viabilizou a elaboração dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição federal de 05 de outubro de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742/93 08 de dezembro de 1993. Brasília, Senado Federal, 1993.

MARINO, Peterson. **Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação**: uma análise a partir da rede socioassistencial não governamental. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). UEL: Londrina, 2012.